

Rede Internacional do Gênero e Comércio

Boletim Mensal (IGTN) vol. 5 nº 6

Junho de 2005

Agricultura e Serviços na OMC – O CAFTA Entra nos EUA

www.IGTN.org <<http://www.igtn.org/>>

Notícias das Negociações

Notícias da OMC – Cristina Gueco, IGTN Genebra

Notícias do CAFTA – Kristin Sampson, Center of Concern e USGTN

A IGTN em Ação

- As Mulheres Levantam a Voz na ONU: Relatório sobre as Audiências Informais Interativas da Assembléia Geral da ONU com ONGs, Sociedade civil e Iniciativa privada – Nadia Johnson, Organização das Mulheres para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (WEDO) e USGTN

- Informe do Congresso: As Mulheres e o CAFTA – Kristin Sampson, Center of Concern e USGTN

- Treinamento de Gênero e Comércio para Hong Kong – IGTN-Ásia

Recursos do Gênero e Comércio

Eventos e Avisos

Notícias das Negociações

Notícias da OMC

Cristina Gueco, IGTN Genebra

Negociações da Agricultura

Durante a Sessão Especial do Comitê da OMC para Agricultura entre 30 de maio e 03 de junho, as discussões se concentraram no arcabouço agrícola do pacote de julho – particularmente nas questões de acesso a mercados (a fórmula de redução tarifária e os Produtos Especiais [SPs] e o Mecanismo Especial de Salvaguardas [SSM]).[1]
<outbind://42/#_ftn1> Os participantes também discutiram a questão de apoio doméstico dos subsídios da caixa verde.

Tim Groser continua presidindo as negociações e ainda fala sério sobre produzir uma primeira aproximação até o final de julho apesar das divergências ininterruptas. Ele enxerga a aproximação como um passo acima do pacote de julho de 2004 sobre os três pilares (acesso a mercados, apoio doméstico e subsídios para a exportação) e quer ver mais convergências nessas áreas. Os países desenvolvidos mostraram-se preocupados com algumas “propostas muito fortes” colocadas na mesa pelos países em desenvolvimento. Mas Groser confirmou serem elas a voz do mundo em desenvolvimento que precisa ser reconhecida. Ele instou os Países Membros a não se concentrarem nas diferenças e lembrou-lhes que é necessário atingir bases comuns.

Durante essas reuniões, os Membros conduziram suas primeiras discussões detalhadas sobre a fórmula de redução tarifária com base no acordo fechado no início de maio sobre a conversão das obrigações alfandegárias não *ad valorem* em equivalentes *ad valorem* (AVEs). À exceção do açúcar, todos os Membros com equivalentes não *ad valorem* enviaram seus cálculos das AVEs. Ainda está sendo calculado um preço mundial para o açúcar. Permanecem diferenças entre os Membros com relação ao uso de uma fórmula não linear suíça ou a abordagem da Rodada do Uruguai (UR).

Quanto a quantidade de camadas a serem implementadas, Groser confirmou que a abordagem da UR, que usa apenas uma, não será aceita pois o uso de uma abordagem em camadas já foi resolvido. Vários Membros apoiaram o uso de três ou quatro camadas, com a possibilidade de uma camada adicional para os países em desenvolvimento. Desta forma, estariam assegurados os cortes mais drásticos nas tarifas mais altas, o que resultaria em harmonização. Mas o G-10 convocou o uso de apenas três camadas, sob o argumento de que os cortes tarifários deveriam ser compartilhados igualmente entre todos os Membros e que o fardo não deveria recair apenas sobre aqueles com as tarifas mais altas.

Com relação à questão dos SPs, o G33 destacou a flexibilidade máxima e, ainda, que a lista de SPs deveria permitir revisões de forma a levar em conta mudanças nas circunstâncias domésticas. Os elementos propostos pelo G33 para o tratamento flexível dos SPs são:

- os países em desenvolvimento têm a oportunidade de designar uma quantidade apropriada desses produtos;
- não se poderá pedir concessões em troca;
- os SPs não estarão sujeitos a redução tarifária, nem a comprometimentos de alíquotas tarifárias (TROs);[2] <outbind://42/#_ftn2>
- os SPs terão acesso ao SSM.

Muitos países em desenvolvimento, inclusive os do grupo ACP, apoiaram a proposta do G33 para os SPs. Mas Argentina, Austrália, Chile, Colômbia, CE, Malásia, Nova Zelândia, Tailândia e EUA ficaram preocupados com prejuízos às metas de liberalização e ao acesso a mercados e preferiram que a quantidade de SPs ficasse restrita. O G10 e a CE argumentaram que os SPs deveriam ser negociados em paralelo com a fórmula de redução tarifária e que não fossem tratados como um item em separado.

Quanto ao SSM, o G33 propôs:

- que o mecanismo fosse automaticamente acionado;
- que o mecanismo ficasse disponível para todos os produtos agrícolas;
- que o mecanismo ficasse disponível para lidar com situações de ondas de importação ou oscilações nos preços internacionais. Portanto, deverão ser contempladas salvaguardas acionadas por preços e volumes;
- que as obrigações alfandegárias e as restrições quantitativas adicionais servissem como medidas para aliviar ondas de importação e quedas de preços;
- que o mecanismo responda aos recursos e capacidade institucional dos países em desenvolvimento. Portanto, sua implementação deve ser simples e eficaz.

A Argentina e a Nova Zelândia foram contra a idéia de que todos os produtos possam fazer jus ao SSM. A Nova Zelândia e os Estados Unidos também discordaram quanto à necessidade de gatilhos tanto por preço quanto por volume e propuseram a necessidade de somente este último.

Quanto à questão do apoio doméstico dos subsídios da caixa verde, o G-20 apresentou uma proposta sobre uma maneira de lidar com a implementação que os países em desenvolvimento fariam desses subsídios sem distorcer o comércio. O G-20 identificou os seguintes dispositivos para assegurar que os pagamentos diretos estejam em conformidade com o Anexo 2, parágrafo 1 do Acordo sobre a Agricultura (AoA):

- a qualificação para receber esses pagamentos diretos deve se dar sob condições em que fiquem minimizados os efeitos de riqueza desses pagamentos;
- o apoio deve continuar a ocorrer através de programas governamentais de repasse de verbas;
- deve haver credibilidade dessas políticas e elas devem ocorrer em prazo oportuno sem alterações nas regras para qualificação, sem data-base ou produtos ou produtores qualificáveis;
- os programas devem ser acoplados de forma a apoiar os produtos que recebem os pagamentos diretos;
- rever parâmetros de comparação e condições para que outros pagamentos diretos sejam incluídos;

Negociações da OMC sobre Serviços

Segundo o Arcabouço de Julho, as ofertas revistas deveriam ter sido entregues até o mês de maio do corrente ano. Austrália, Bareine, Brasil, Canadá, CE, Hong Kong, Islândia, Coréia, Nova Zelândia, Cingapura, Suriname, Taiwan e os EUA foram os únicos Membros a apresentar suas ofertas revisadas. Ainda não está clara a qualidade dessas ofertas e os Membros se mostraram insatisfeitos com elas. Os países desenvolvidos continuam a exigir mais ofertas com maior grau de liberalização nos serviços.

Devido ao ritmo vagaroso das negociações do GATS, espera-se que a CE seja a primeira a fazer pressão no sentido de que os Membros estabeleçam referências quantitativas e qualitativas para ofertas mínimas. A Comunidade já convidou vários países, inclusive Brasil, Canadá, China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, Japão, Ruanda e os EUA para encontros informais onde seriam elaboradas propostas para mudar o atual processo de

negociação de “exigir ofertas”, que tem se mostrado bastante lento. O Presidente, Embaixador Alejandro Jara, do Chile, falou ao Comitê de Negociações do Comércio (TNC) da necessidade de mudar a metodologia das negotiations.

Quanto à quantidade de ofertas, a CE pensa em propor que, para um certo número de setores, os países precisarão assumir uma quantidade mínima de compromissos (ex: 8 setores, 10 comprometimentos), enquanto os países em desenvolvimento poderiam assumir compromissos com uma quantidade menor de setores. Quanto à qualidade das ofertas, os países conseguiram concordar com a liberalização autônoma em setores escolhidos.

Como os principais interesses dos países em desenvolvimento se encontra nos serviços e no acesso a mercados não agrícolas (NAMA), é de se esperar que esses países acabem pressionados a assumir compromissos mais importantes na área dos serviços, na medida em que os países desenvolvidos vão se esforçando para levar o processo de negociação adiante nessa área. Os EUA e a CE poderiam, então, conseguir compromissos fundamentais tanto nos serviços quanto no NAMA, áreas de particular interesse para eles, ao mesmo tempo em que só assumirão compromissos mais para perto do fim do ano na agricultura, que é a área de maior importância para quase todos os Membros. Por outro lado, os países em desenvolvimento poderiam resistir a isso e talvez não assumam compromissos no NAMA e nos serviços a menos que os EUA e a CE façam concessões na agricultura. Devido a implicações da liberalização dos serviços nos países em desenvolvimento, e a relação que isso teria com outras áreas da agricultura e do NAMA, mais de 150 grupos da sociedade civil já se manifestaram contra esse jogo de poder nas negociações num pronunciamento conjunto sobre as negociações dos serviços.[3] <outbind://42/#_ftn3>

Para visualizar esta notícia sobre a OMC e outras mais antigas, visite:
[http://www.igtn.org/page/404./](http://www.igtn.org/page/404/)

Notícias do CAFTA

Kristin Sampson, Center of Concern e USGTN

Numa reunião do Comitê do Senado para Finanças, realizada no dia 14 de junho, 11 Senadores votaram a favor e 9 contra um ensaio de reavaliação do CAFTA, onde dois Democratas ficaram a favor e dois Republicanos contra. Uma proposta de emenda para fazer com que os compromissos trabalhistas do CAFTA fossem aplicáveis ficou numa contagem de 10 a 10. Mas houve apoio unânime para uma emenda de extensão da assistência do ajuste comercial aos trabalhadores no setor dos serviços. Pelas regras da Autoridade para a Promoção do Comércio (conhecida como *Fast-Track*), as emendas feitas no Comitê são meras recomendações para a Administração.

Após a indicação do Senado, o Comitê de Meios e Recursos da Câmara aprovou emendas a uma versão de minuta para o CAFTA introduzindo legislação por uma contagem de 25 votos a 16. A emenda exigiria que a Administração reportasse as atividades conduzida pelos países do DR-CAFTA e dos Estados Unidos para a capacitação em questões trabalhistas, examinasse depois de um ano o efeito do acordo sobre a indústria dos serviços e recomendasse mudanças aos programas de Assistência ao Ajuste do Comércio caso ficasse provado que o CAFTA apresentasse efeitos negativos para esta indústria.

Pela Autoridade de Promoção do Comércio, a Casa Branca pode considerar as recomendações da Câmara e do Senado ao traçar a legislação final a ser implementada.

Em 23 de junho, a Casa Branca apresentou legislação introdutória sobre o CAFTA para o Comitê do Senado para Finanças e o Comitê de Meios e Recursos da Câmara. Segundo a Autoridade para a Promoção do Comércio, agora que já foi apresentada legislação introdutória formal (HR 3045, S 1307), já começou a contar o prazo de 90 dias para aprovação final pelo legislativo. A Câmara agora tem 60 dias para votar enquanto o Senado tem mais 30 dias para agir após a aprovação da Câmara. Desde a apresentação dessa legislação, o Governo vem trabalhando em acordos relativos a açúcar e têxteis para angariar os votos necessários a uma aprovação do CAFTA.

No dia 29 de junho, o Comitê do Senado para Finanças aprovou o CAFTA. O apoio foi assegurado quando o Senador Jeff Bingaman (democrata pelo estado do Novo México) recebeu uma carta do Representante Comercial dos EUA contendo compromissos acerca de financiamento e monitoramento para aplicação de normas trabalhistas na América Central, e financiamento para assistência a pequenos proprietários rurais na prática de agricultura de subsistência que sejam deslocados por causa do CAFTA. A carta fará parte dos registros do Comitê.

O Comitê de de Meios e Recursos da Câmara está com a votação da legislação introdutória do CAFTA marcada para o dia 30 de junho.

A Casa Branca indica ter esperança de que o Congresso vote o CAFTA antes do feriado do dia 4 de julho. A liderança no Senado já indicou que fará pressão para que a votação ocorra antes do recesso enquanto a liderança republicana na Câmara não quer fazê-la antes. Uma votação antes do recesso de agosto parece ser uma opção mais realista.

O Congresso costarriquenho está esperando a aprovação dos Estados Unidos antes de adotar o CAFTA. Depois de receberem do Presidente Bush garantias de que os EUA não irão procurar reduzir o maior acesso ao mercado açucareiro já negociado no CAFTA, Oscar Arias, ex-presidente da Costa Rica e atual candidato às eleições presidenciais, indicou que o Congresso de seu país irá aprovar o Acordo assim que ele for ratificado pelos EUA.

A IGTN em Ação

As Mulheres Levantam a Voz na ONU: Relatório sobre as Audiências Informais Interativas da Assembléia Geral da ONU com ONGs, Sociedade civil e Iniciativa privada

Nadia Johnson, WEDO e USGTN

2005 desponta como um grande ano para a militância das mulheres na ONU e nas políticas globais, com destaque para uma década de revisão da implementação da Plataforma de Beijing para Ação em março e a chegada da Cúpula Mundial, os cinco anos de revisão da Cúpula do Milênio, a ser realizada entre 14 e 16 de setembro do corrente.

A revisão da Cúpula Mundial da implementação das Metas de Desenvolvimento para o Milênio (MDMs) tem atraído bastante atenção política e recursos tanto dos governos quanto dos interlocutores internacionais, inclusive da Organização Mundial do Comércio (OMC). Assim, embora muitos grupos de mulheres enxerguem as MDMs como inerentemente falhas, essas metas continuam sendo um caminho crucial de engajamento para monitorar a implementação da Plataforma de Beijing para Ação e outros acordos internacionais fundamentais para a formulação de políticas.

De fato, inúmeros grupos de mulheres convergiram para as Audiências Informais Interativas da Assembléia Geral com Organizações Não-Governamentais (ONGs), a Sociedade Civil e a Iniciativa Privada, realizadas nos dias 23 e 24 de junho deste ano na Sede da ONU em Nova York. O Relatório do Secretário Geral “Em Maior Liberdade” serviu como arcabouço temático para as Audiências, onde questões relativas ao Desenvolvimento, à Segurança, aos Direitos Humanos e à Reforma da ONU tomaram a berlinda. Essas Audiências forneceram uma grande oportunidade para a sociedade civil interagir com os governos, e entre si mesmas, em preparação para a Cúpula Mundial em setembro.

Antes das Audiências, a Força Tarefa Feminista (FTF) da GCAP (Convocação Global para Ação Contra a Pobreza) realizou uma sessão estratégica à qual compareceram mais de 70 militantes em prol dos direitos das mulheres para avaliar o cenário político e a minuta oficial para a Cúpula Mundial, para compartilhar seus lobbies e militâncias, e ainda discutir mensagens fundamentais que as mulheres queriam ver inseridas nessas Audiências. Dentre as mensagens dominantes levantadas no encontro da FTF encontravam-se:

- afirmar como questão central a igualdade de gênero e o *empowerment* e capacidade de ação das mulheres para a consecução de todas as metas; a indivisibilidade das oito metas de desenvolvimento para os temas de segurança e direitos humanos do Relatório do S-G; e os direitos humanos como um arcabouço imperioso para a conquista das metas;
- questionar o uso, nesse processo, de um modelo de desenvolvimento voltado para o mercado que enquadre diálogos e ações de formulação de políticas e que sirva para perpetuar e expandir as condições propícias aos interesses corporativos do norte em explorar os países do sul, seus povos e seus recursos;
- instar os governos a reconhecerem que as políticas neoliberais em geral estão exacerbando a pobreza e a desigualdade, além de estarem prejudicando os direitos humanos e a segurança humana;
- exigir que os governos assumam o firme compromisso de rever e resolver todas as questões de implementação pendentes na OMC e evitem ativar regras comerciais desequilibradas na chamada Rodada de Doha para o Desenvolvimento;
- incidir de forma a eliminar a violência contra as mulheres e a atingir os direitos de saúde reprodutiva e sexual como direitos fundamentais, em grande parte excluídos do processo oficial;

- questionar a promoção de parcerias público-privadas já que elas enfraquecem ainda mais o setor público enquanto fortalecem a iniciativa privada, além de minarem o papel da sociedade civil;

- forçar os governos a fortalecerem seus relacionamentos com a sociedade civil através da mobilização de recursos suficientes e da sua direta canalização para ONGs e organizações baseadas em comunidades, particularmente os grupos de base de mulheres, de indígenas e de jovens.

Os participantes do encontro da FTF também se concentraram na necessidade de trazer essas mensagens para o âmbito maior do GCAP onde o reconhecimento explícito de componentes de igualdade de gênero e direitos humanos no comércio, auxílio, dívida e outras políticas econômicas costumam ser marginalizados por alguns grupos do GCAP e onde não existe acordo sobre direitos sexuais e reprodutivos. Durante as Audiências, ficou claro que o próprio GCAP não seria capaz de fazer um pronunciamento abrangente sobre a formulação de políticas. O que ficou reconhecido foi o contrário: que os pronunciamentos deveriam ser feitos pelos vários membros do GCAP mas apenas através de inscrições próprias, deixando oportunidades para a FTF e outros grupos apresentarem suas próprias declarações. A experiência levantou tanto a necessidade quanto os desafios para os grupos de mulheres colaborarem com mobilizações e movimentos mais amplos.

As críticas e recomendações das mulheres foram feitas em alto e bom som nas Audiências já que os grupos de mulheres haviam mobilizado e efetivamente conseguido uma quantidade significativa de espaços para fala e participação em cada uma das quatro sessões temáticas. As mulheres estão trabalhando no sentido de assegurar que essas mensagens tenham peso no resumo das Audiências para a presidência da Assembléia Geral, que servirá de documento oficial para a Cúpula de Setembro. Em seguida, as mulheres farão incidir essas mensagens no nível nacional em preparação para a Cúpula Mundial do G8, a Revisão do Milênio e a Ministerial da OMC em Hong Kong, em dezembro de 2005.

Há uma versão deste artigo em pdf no endereço:

<http://www.igtn.org/page/621/1>

Informe do Congresso: As Mulheres e o CAFTA
Kristin Sampson, Center of Concern e USGTN

No dia 15 de junho de 2005, a USGTN co-patrocinou um Informe do Congresso sobre as Mulheres e o CAFTA. Patrocinado pelas deputadas Marcy Kaptur (democrata, pelo estado de Ohio), Maxine Waters (democrata, pelo estado da Califórnia), Hilda Solis (democrata, pelo estado da Califórnia), Jan Schakowsky (democrata, pelo estado de Illinois) e Jane Harman (democrata, pelo estado da Califórnia), o evento atraiu mais de 70 pessoas, a maioria das quais funcionários do próprio Congresso. As deputadas Kaptur e Waters apresentaram detalhada e incisivamente as falhas do NAFTA e o potencial de impacto negativo que o CAFTA representa para as mulheres tanto dos Estados Unidos quanto da América Central. Os comentários feitos por essas deputadas norte-americanas foram reforçados por sérias denúncias do CAFTA, feitas à sua vez por deputadas Alba Palacio, da Nicarágua, e Dolores Gutierrez, de Honduras. Em nome da USGTN, pronunciaram-se

Kristin Sampson (Center of Concern), Yadira Minero Rodas (Centro de Direitos das Mulheres), Beth Myers (STITCH), Bama Athreya (Fundo Internacional dos Direitos do Trabalho) e Jessica Walker Beaumont (Comitê de Serviço dos Amigos Americanos).

Os impactos negativos do CAFTA sobre as mulheres da América Central foram ainda mais destacados nos comentários feitos por Yadira Minero Rodas, Coordenadora do Projeto Mulheres e Maquilas no Centro de Direitos das Mulheres, Honduras. Ela destacou as condições de trabalho deploráveis (salários ínfimos, jornadas extensas, descasos trabalhistas e discriminação de gênero) na maioria esmagadora das maquilas, um setor dominado basicamente por trabalhadoras. Argumentou também que serão empregos assim que o CAFTA estará criando, empregos que não promovem o desenvolvimento econômico nacional nem a segurança econômica de todo trabalhador. Ela tomou o cuidado de destacar que o crescimento projetado no setor das maquilas não seria capaz de absorver as trabalhadoras deslocadas da agricultura e das pequenas e médias empresas, empurrando as mulheres para o setor informal e detonando um processo de migração para as cidades hondurenhas ou mesmo norte-americanas.

Kristin Sampson também abordou a questão da migração, observando que falta aos Estados Unidos capacidade para proteger os direitos humanos da atual população de imigrantes da América Central e do México (muitos dos quais sequer têm documentos) que lá trabalha. O CAFTA irá desestabilizar sua situação ainda mais, numa economia tão ligada à imigração. Ela argumentou que, tal e qual na América Central, o CAFTA irá promover empregos precários nos EUA, pois trata-se de um modelo de produção que favorece os interesses do capital acima dos interesses dos trabalhadores e consumidores, dependendo de mão-de-obra barata, ambientes de trabalho desprotegidos e de um trânsito livre de mulheres entre a economia formal e a informal. Por estas razões, as cláusulas trabalhistas extras ou de assistência aos ajustes do comércio não podem cobrir as falhas fundamentais do modelo econômico sobre o qual se baseia o CAFTA.

Em seus comentários, Beth Myers destacou o trabalho das mulheres na indústria das bananas, concentrando-se nas usinas de embalagens, onde elas lavam, selecionam, embalam e preparam bananas para envio ao mercado. Ela falou das mulheres que trabalham nessas usinas enfrentando inúmeros perigos, que só fizeram aumentar nos últimos anos à medida que os preços da banana vieram caindo e as metas de produção para as operárias aumentaram. Dentre as ameaças que elas enfrentam há o assédio sexual nessas usinas, a exposição a poderosos pesticidas durante a limpeza das bananas, lesões desenvolvidas pelo trabalho repetitivo e fortes infecções cutâneas oriundas do contato com a água durante até 10 horas por dia. Beth Myers observou que essas sérias ameaças são enfrentadas pelas mulheres que se encontram nas melhores situações possíveis, trabalhando em fábricas onde há um sindicato presente e que já negociou melhores condições e salários. O CAFTA vai destruir os sindicatos na região e criar uma pressão para baixar os salários, colocando as trabalhadoras em situação de risco econômico e físico ainda maior.

Bama Athreya direcionou seus comentários para os direitos do trabalhador nos países da América Central. Ela destacou que a maioria dos empregos que se espera obter com o CAFTA estará nos setores voltados para a exportação, como a indústria das maquilas e a produção de bens agrícolas de primeira necessidade, onde as maiores oportunidades de

emprego aparecerão para as mulheres. Mas estes são os setores menos protegidos. Em várias instâncias, as trabalhadoras têm recurso legal limitado e costumam ser objeto de pressões sociais e econômicas que as impossibilitam de reclamar na prática quaisquer proteções legais que possam ter no papel.

Walker Beaumont destacou que embora o CAFTA venha derrubar tradicionais barreiras ao comércio através das reduções tarifárias para os bens industriais e agrícolas, a extensão do Acordo para os serviços, investimentos e políticas de compras governamentais efetivamente redefiniu as “barreiras ao comércio” de forma a incluir as leis domésticas que protegem as mulheres, os trabalhadores em geral, o meio ambiente e as novas indústrias. Assim é que o CAFTA representa uma incursão radical em áreas que sempre estiveram sob a jurisdição do estado e dos governos locais, ameaçando transformar portanto atividades governamentais legítimas em palco para disputas comerciais.

A carta enviada aos representantes políticos convidando-os para esse Informe se encontra em:

<http://www.igtn.org/page/614/1>

Os comentários feitos pelas representantes políticas dos Estados Unidos e da América Latina não se encontram por escrito. Entretanto, uma transcrição do pronunciamento da deputada Kaptur (democrata, pelo estado de Ohio) acerca das Mulheres e o CAFTA, apresentado na Tribuna da Câmara no dia 20 de junho de 2005, reflete seus comentários feitos no Informe do Congresso e pode ser encontrado em:

<http://www.kaptur.house.gov/Speech.aspx?NewsID=1399>

Os seguintes pronunciamentos feitos por ONGs se encontram disponíveis na Internet:

Yadira Minero Rodas – <http://www.igtn.org/page/619/1/>

Kristin Sampson – <http://www.igtn.org/page/620/>

Beth Myers – <http://www.igtn.org/page/615/1>

Bama Athreya – <http://www.igtn.org/page/616/1>

Jessica Walker Beaumont –

<http://www.afsc.org/trade-matters/stop-the-cafta-vote/congressional-briefing.htm>

Treinamento do Gênero e Comércio
26 e 27 de junho de 2005 – Hong Kong

Em preparação para a 6ª Reunião Ministerial da OMC, prevista para os dias 13 e 18 de dezembro de 2005 em Hong Kong, na China, a IGTN-Ásia realizou um treinamento para as organizações e redes de mulheres em Hong Kong sobre gênero e comércio nas datas de 26 e 27 de junho de 2005.

Um relatório completo sobre o treinamento estará disponível em breve no site da IGTN na Internet:

www.igtn.org <<http://www.igtn.org/>>

Recursos do Gênero e Comércio

A OMC está atrás da sua água? O Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (GATS) e o direito dos pobres à água

Lyla Mehta e Birgit la Cour Madsen

O Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (GATS) busca expandir o comércio internacional para uma ampla gama de serviços que vão desde o turismo até as telecomunicações e a educação. Nestes últimos anos, viu-se atacado por organizações da sociedade civil tanto no norte quanto no sul por causa de seu impacto prejudicial sobre o direitos dos pobres aos serviços básicos. Este artigo explora algumas dessas polêmicas, usando o exemplo dos serviços relativos à água. Concentra-se especificamente no impacto que o GATS exerce sobre o direito dos pobres à água e a capacidade dos governos de cada país salvaguardar os interesses dos pobres através de regulamentações. Este artigo também demonstra, de direito, que a liberalização dos serviços relacionados com a água, no GATS, pode até não prejudicar a capacidade que os governos têm de tomar as medidas legais tais que venham a assegurar o direito dos pobres à água. Mas, de fato, o exercício da autonomia política pode se ver substancialmente podado devido a ambigüidades inerentes na interpretação do tratado, a política dos processos surgindo de assimetrias de poder, uma falta de transparência nos processos de negociação bem como deficiências institucionais ou outras incorridas nas políticas domésticas dos estados membros da OMC.

Disponível em Natural Resources Forum, Volume 29, Edição 2, Página 154 – maio de 2005.

Eventos e Avisos

UNCTAD – Reunião de Especialistas em Metodologias, Classificações, Quantificação e Impactos do Desenvolvimento Gerados pelas Barreiras Não Tarifárias (NTBs)

5 a 7 de setembro de 2005 – Genebra

Em conformidade com o Consenso de São Paulo, a Reunião de Especialistas (EM) tratará de classificar metodologias para definir e classificar as NTBs segundo sua natureza e fonte, inclusive aglomerados de NTBs que já estejam sujeitas às disciplinas da OMC, e de discutir opções para tratar delas em termos de análise de seus relativos impactos restritivos ao comércio.

Os Estados Membro da UNCTAD deverão indicar especialistas logo, não devendo ultrapassar o prazo de 5 de agosto de 2005. Esses peritos, que participarão da reunião cada qual com sua respectiva atribuição pessoal, deverão comprovar experiência e gabarito no assunto de forma a contribuir para o debate e farão uma apresentação sobre um dos tópicos

antes da Reunião. Eles poderão ser especialistas trazidos do governo, do mundo acadêmico, da iniciativa privada e de ONGs. Além disso, aqueles oriundos de organizações internacionais e regionais, que lidam com questões relativos ao tópico, serão convidados na condição de recursos humanos.

As agências especializadas e os organismos intergovernamentais que desejarem participar da Reunião, bem como organizações não governamentais na Categoria Geral e aquelas na Categoria Especial que desejarem participar como observadores, precisarão informar à secretaria da UNCTAD os nomes de seus representantes até 5 de agosto de 2005.

Maiores informações serão prestadas através do site da UNCTAD na Internet: www.unctad.org sob a indicação de “Reuniões”.

III Cúpula dos Povos das Américas

1 a 5 de novembro de 2005 – Mar del Plata, Argentina

A III Cúpula dos Povos das Américas ocorrerá entre 1 e 5 de novembro de 2005 na cidade de Mar del Plata, na Argentina, em paralelo à IV Cúpula das Américas, esta uma realização da Organização dos Estados Americanos que reunirá 34 dos presidentes do continente, à exceção de Cuba, nos dias 4 e 5 de novembro na mesma cidade. A III Cúpula dos Povos irá constituir um espaço para debate e consenso no fortalecimento da resistência e da luta dos povos do continente, e avançar a construção de alternativas concretas para tornar real a “outra América que se faz urgentemente necessária.”

Maiores informações poderão ser obtidas através do endereço: http://movimientos.org/noalca/show_text.php3?key=4737

Para receber o Boletim Mensal da IGTN via correio eletrônico, escreva para secretariat@igtn.org e coloque “assinar” na linha de assunto; faça constar no corpo da mensagem o seu nome e o da sua organização.

Para ler boletins antigos, vá ao site da IGTN em: <http://www.igtn.org/page/bulletins/>.

[1] <outbind://42/#_ftnref1>

O parágrafo 41 do pacote de julho diz que os critérios para escolha dos SPs e seu tratamento deverão surgir a partir de negociações. O propósito dos SPs e do mecanismo de salvaguardas especiais (SSM) é proteger as questões da segurança alimentar, do desenvolvimento rural e do sustento nos países em desenvolvimento. Para obter maiores informações sobre os SPs e os SSM com relação aos impactos do comércio sobre gênero, queira procurar em “Incorporating Gender Considerations for the Designation of Special Products in WTO Agriculture Negotiations”, de Maria Pia Hernandez, IGTN Genebra, disponível no seguinte endereço da Internet:

<http://www.igtn.org/page/568>

[2] <outbind://42/#_ftnref2>

Este é o volume de importações nas quais a tarifa fica abaixo daquela que é cobrada para importações acima da quota, permitindo assim que importações cheguem a um mercado com uma vantagem tarifária.

[3] <outbind://42/#_ftnref3>

Informações adicionais sobre o pronunciamento conjunto das ONGs podem ser encontradas nos endereços:

<http://www.world->

[psi.org/Template.cfm?Section=Home&CONTENTID=7070&TEMPLATE=/ContentManagement/ContentDisplay.cfm](http://www.world-psi.org/Template.cfm?Section=Home&CONTENTID=7070&TEMPLATE=/ContentManagement/ContentDisplay.cfm)

<http://www.world->

[psi.org/Template.cfm?Section=Home&CONTENTID=7070&TEMPLATE=/ContentManagement/ContentDisplay.cfm](http://www.world-psi.org/Template.cfm?Section=Home&CONTENTID=7070&TEMPLATE=/ContentManagement/ContentDisplay.cfm)